

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC (FN) CHRISTIANO NUNES SILVA

OPERAÇÕES RIBEIRINHAS:

O emprego contra a insurgência, no século XXI e ensinamentos para o Brasil.

Rio de Janeiro

2020

CC (FN) CHRISTIANO NUNES SILVA

OPERAÇÕES RIBEIRINHAS:

O emprego contra a insurgência, no século XXI e ensinamentos para o Brasil.

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CMG (RM1-FN) Antonio Carlos Rodrigues Martins

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2020

AGRADECIMENTOS

À minha esposa Lidiane, pelo esforço, serenidade, apoio e o sacrifício do dia a dia que me propiciou tranquilidade e confiança no desenvolvimento deste trabalho.

À minha filha Lethícia, pela compreensão e consideração que teve nos períodos da minha ausência e pela motivação que o seu carinho me deu.

Aos meus pais Lúcio e Nadir, por toda inspiração, tranquilidade e serenidade transmitida nos momentos de dificuldade que me ajudou a superar obstáculos.

Ao meu irmão Luciano, pela companhia e apoios prestados, quando em momentos de necessidade, que me deu tranquilidade para concentração na confecção desta obra.

Ao CMG (RM1-FN) Antonio Carlos Rodrigues Martins, pelas orientações e disponibilidade durante esta trajetória que me ajudou de forma incondicional e com muita sabedoria.

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de comprovar o emprego das Operações Ribeirinhas (OpRib) em resposta a ameaça assimétrica, adotando-se uma metodologia analítica-comparativa para descrever o fenômeno insurgente das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) contra o Estado colombiano, a partir do uso de uma teoria, estabelecendo, ainda, uma relação com as OpRib na Marinha do Brasil (MB) e buscando oportunidades de melhoria, a partir da experiência colombiana. Assim, historicamente, o mundo testemunhou uma mudança de postura na forma de combater, após a II GM, denominada de insurgência. Então, nessa pesquisa, buscou-se situar o leitor, apresentando a teoria da contrainsurgência de David Galula, para compreensão dos preceitos que regem um movimento insurgente, abordando as causas que originam a insurgência, bem como as formas de combatê-la, por meio das operações contrainsurgentes, desencadeadas em oito etapas, no capítulo dois. No terceiro capítulo, descreve-se o conflito interno colombiano, desde o surgimento das FARC até a sua decadência, no início do século XXI, apresentando as causas da sua origem, suas fontes de sustentação e as formas encontradas pelo governo colombiano para combater o movimento. Prosseguindo no estudo, no capítulo seguinte, analisou-se como se desenvolveram as OpRib na Colômbia, associadas ao preconizado nas operações contrainsurgentes, trazendo como resultados o aprimoramento da doutrina e a sua eficiência em resposta a esse tipo de ameaça. No quinto capítulo, identificaram-se as vantagens e desvantagens das táticas de OpRib colombianas empregadas contra as FARC, em relação as previstas nas OpRib da MB e, a partir dessa análise, sugerir no último capítulo, como conclusão, o que pode ser explorado na MB.

Palavras-chave: Insurgência. Contrainsurgência. Colômbia. Operações Ribeirinhas. Marinha do Brasil. MB.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

1ºBtlOpRib	-	1º Batalhão de Operações Ribeirinhas
2ºBtlOpRib	-	2º Batalhão de Operações Ribeirinhas
ACISO	-	Ação Cívico-Social
AOp -	-	Área de Operações
ARlb	-	Área Ribeirinha
BCF	-	Base de Combate Flutuante
BCR	-	Base de Combate Ribeirinha
BCT	-	Base de Combate Terrestre
BOA	-	Base de Operações Aéreas
CFN	-	Corpo de Fuzileiros Navais
CFNC	-	Corpo de Fuzileiros Navais da Colômbia
ECF	-	Elementos de Combate Fluvial
ECFL	-	<i>Elementos de Combate Fluvial Liviano</i>
ECFP	-	<i>Elementos de Combate Fluvial Pesado</i>
EEl	-	Elementos Essenciais de Inteligência
ELN	-	Exército de Libertação Nacional
EMAF	-	<i>Estaciones Móviles de Apoyo Fluvial</i>
EPL	-	Exército Popular de Libertação
EUA	-	Estados Unidos da América
FARC	-	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
FARC-EP	-	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo
ForTaRib	-	Força-Tarefa Ribeirinha
GCF	-	Grupo de Combate Fluvial
GM	-	Guerra Mundial
GT	-	Grupos-Tarefa
OPRIB	-	Operações Ribeirinhas
SMI	-	Situação Militar do Inimigo
UP	-	União Patriótica
UT	-	Unidades-Tarefa

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	6
2. TEORIA DA CONTRAINSURGÊNCIA DE GALULA	8
2.1 A história de David Galula.....	8
2.2 O nascimento da insurgência.....	11
2.3 As operações de contrainsurgência.....	15
2.4 Conclusões parciais.....	19
3. FORÇAS ARMADAS REVOLUCIONÁRIAS DA COLÔMBIA	21
(FARC)	
3.1 O surgimento das FARC.....	21
3.2 A luta colombiana contra as FARC.....	28
3.3 Conclusões parciais.....	31
4. AS OPERAÇÕES RIBEIRINHAS COLOMBIANAS	33
4.1 Fundamentação doutrinária.....	33
4.2 As Operações Ribeirinhas relacionadas com a teoria de Galula.....	37
4.3 Conclusões parciais.....	40
5. AS OPERAÇÕES RIBEIRINHAS BRASILEIRAS	42
5.1 As Operações Ribeirinhas na Marinha do Brasil.....	42
5.2 Vantagens e desvantagens.....	45
6. CONCLUSÃO.....	48
REFERÊNCIAS.....	51

1. INTRODUÇÃO

Na segunda metade do século XX, o mundo presenciou uma nova forma de luta, inspirada nos ideais comunistas, que revolucionaram as doutrinas na forma de combater, historicamente comprovadas na Guerra do Vietnã (1955-1975) e no conflito interno da Colômbia, o surgimento da insurgência. Desde então, as táticas empregadas pelos insurgentes vêm se tornando fundamentais para o combate em ambientes com selva densa e bastante entrecortado por rios, o que levou a cabo o emprego das Operações Ribeirinhas (OpRib).

Com isso, o propósito desta pesquisa destina-se à analisar e comparar as táticas doutrinárias de Operações Ribeirinhas do Brasil e da Colômbia, tomando por base o emprego das Forças Armadas colombianas no combate às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), no século XXI, a partir da identificação de dois objetos, quais sejam, as táticas doutrinárias de OpRib do Brasil e as táticas doutrinárias de OpRib da Colômbia, ambas voltadas para o combate irregular na Amazônia e, portanto, associar essas táticas empregadas com a teoria da contrainsurgência de David Galula, descrito em seu livro “Guerra de Contrainsurgência: Teoria e Prática”, principalmente ao que se refere a instauração da insurgência no Estado e as operações contrainsurgentes, permitindo-nos evidenciar o que de melhor pode ser aplicado na Marinha do Brasil. Assim, ao final da pesquisa, responderemos aos seguintes questionamentos: É possível e eficiente o emprego de táticas doutrinárias de OpRib em resposta a ameaça assimétrica? O combate demasiado a este tipo de ameaça pode acarretar em perda do conhecimento doutrinário de OpRib?

Logo, usaremos a teoria da contrainsurgência para descrever o fenômeno do conflito colombiano contra às FARC e justificar o estudo de parte da doutrina de OpRib na Colômbia e no Brasil, voltadas para as táticas que melhor exploram o combate insurgente. Com isso, no segundo capítulo, abordaremos a história de Galula para acreditar sua teoria, o

nascimento de um movimento insurgente, destacando o modo como se estabelecem em um Estado e perduram no tempo e, finalizando o capítulo, com o desenvolvimento das operações contrainsurgentes, com os estágios necessários para o êxito no combate.

No capítulo seguinte, elucidaremos sobre as FARC, desde o surgimento do movimento até o desenrolar da luta colombiana, na primeira década do século XXI, destacando a força do apoio popular aos insurgentes e o suporte financeiro proporcionado pelo narcotráfico, além das políticas adotadas pelo país que enfraqueceram o movimento. Tal capítulo servirá de embasamento para compreendermos o conflito e analisarmos as táticas de OpRib empregadas na solução do problema, no próximo capítulo.

Em um quarto capítulo, discorreremos sobre a fundamentação doutrinária das OpRib colombianas e, em seguida, as táticas empregadas relacionadas, diretamente à teoria da contrainsurgência, apontando fatos que materializam as causas do movimento insurgente, bem com as fases de uma operação contrainsurgente, além de evidenciar a importante participação do Estado nesse processo.

No capítulo quinto, faremos uma breve explanação das OpRib desenvolvidas na MB, apresentando vantagens e desvantagens em relação ao caso real da Colômbia, para identificar possíveis táticas a serem aplicadas futuramente na MB. E por fim, concluiremos no último capítulo, a eficiência das OpRib em resposta a essa tendência assimétrica, no século XXI, a partir das lições aprendidas com o conflito colombiano e sugestões do que melhor foi empregado, em relação as táticas, para serem aplicadas nas OpRib da Marinha do Brasil.

2. TEORIA DA CONTRAINSURGÊNCIA DE GALULA

Neste capítulo, abordaremos a Teoria da Contrainsurgência, idealizada por David Galula (1919-1967), no intuito de compreendermos o movimento insurgente, sua origem e como se estabelece em um Estado, já que, após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), uma onda de insurgências se alavancou influenciada pelos ideais comunistas, materializados em obras consagradas, principalmente, por Mao Tsé-Tung (1893-1976)¹, Che Guevara (1928-1967)² e outros. Porém, tal onda propiciou estudos de combate à insurgência, mesmo que muitos tenham sido incipientes e, então, cresce de importância a abordagem elucidada por Galula.

Portanto, estudaremos alguns conceitos relacionados à contrainsurgência, direcionados à guerra irregular, destacando importantes aspectos teóricos adotados pelos insurgentes na solução de contingências por interrupção ou inexistência de apoio e na manutenção da opressão contra o Estado.

Sendo assim, discorreremos sobre a sua contribuição para a contrainsurgência, conhecendo um pouco sobre sua história de vida para entendermos a sua fundamentação teórica, no contexto da sua época, e compreender o surgimento de um movimento insurgente e como desencadear uma operação para combatê-lo.

2.1 A história de David Galula

Reverenciado nas comunidades militares, David Galula se tornara um dos teóricos

¹ Mao Tsé-Tung líder da Revolução Comunista Chinesa e fundador da República Popular da China. Criador da teoria e estratégia militar é conhecida como maoísmo.

² Ernesto Guevara foi um guerrilheiro argentino, sendo um dos ideólogos e líderes da Revolução Cubana (1953-1959).

mais consagrado no estudo sobre movimentos insurgentes e na forma de combatê-los, cujo nome se tornou o símbolo da contrainsurgência. (COHEN, 2012).

Galula nasceu na Tunísia, em 1919, no berço de uma família de comerciantes judeus, tendo vivido cercado por muçulmanos, principalmente, em países do norte da África. Com a sua naturalização francesa, percebeu durante o conflito na Argélia, o pragmatismo do povo judeu frente aos islâmicos, uma vez que, mesmo em minoria, os judeus estabeleceram-se melhor do que a maioria muçulmana (COHEN, 2012), como refletido no texto a seguir:

Quando os franceses chegaram na Argélia, em 1830, eles encontraram um local no qual uma minoria judaica encontrava-se no mesmo estado de subdesenvolvimento que a grande maioria muçulmana. Para ambos grupos foram dadas as mesmas oportunidades, porém, somente os judeus tiraram vantagem dessa situação e, em duas gerações, tornaram-se completamente assimilados em termos de educação e, conseqüentemente, em termos de progresso social e econômico (COHEN, 2012, p. 63, tradução nossa)³.

Após a II GM, foi para a China, exercendo a função de assistente do adido militar francês e, na ocasião, testemunhou os ensinamentos maoístas⁴ e seus princípios. Ao final de 1948, quando foi observador da Comissão Especial das Nações Unidas para os Bálcãs, na Guerra Civil Grega (1946-1949), presenciou a derrocada da insurgência comunista. A partir de 1951, como adido militar em Hong Kong, conseguiu estudar de perto a insurgência e a contrainsurgência na Indochina, na Malásia e nas Filipinas (MARLOWE, 2011).

Durante a Guerra da Argélia (1954-1962), com o exército francês já mergulhado no conflito, em 1956, Galula comandou uma Companhia de infantaria, localizada ao norte da Argélia. Na oportunidade, pôde testar seus estudos, ideias e ensinamentos com eficiência, além de tentar disseminá-los para as forças francesas, acreditando que sem uma doutrina os métodos de contrainsurgência não seriam efetivos na completa pacificação, apenas em locais

³ Do original em inglês: “When the French arrived in Algeria in 1830, they found a local Jewish minority in the same state of underdevelopment as the large Moslem majority. Both groups were given the same opportunities, yet only the Jews took advantage of it, and to such an extent that in two generations they became completely assimilated in terms of education and consequently in terms of social and economic advancement” (COHEN, 2012, p.63).

⁴ Teoria Maoístas é uma corrente do comunismo baseada nos ensinamentos de Mao Tsé-Tung.

isolados (MARLOWE, 2011).

Em Paris, no ano de 1958, já compondo o Estado-Maior das Forças Armadas Francesas, atuou nas áreas de contrainsurgência e inteligência militar e, paralelamente a isso, proferiu inúmeras palestras sobre contrainsurgência. A sua ascendência chamou a atenção da cúpula intelectual militar, despertando o interesse dos Estados Unidos da América (EUA), na Teoria da contrainsurgência e, portanto, foi convidado a escrever sobre sua experiência na Guerra de Independência Argelina, quando, então, publicou sua obra “Pacificação na Argélia”, em 1963 (MARLOWE, 2011).

Nos EUA, após deixar as fileiras do exército, ingressou no Centro de Assuntos Internacionais da Universidade de Harvard, atuando no setor de pesquisa. Neste ramo, ampliou os seus ensinamentos baseados nos movimentos ocorridos na Ásia para derrotar os insurgentes comunistas inspirados pelas teorias de Mao Tsé-Tung e, assim, lançou mão da obra “Guerra de Contrainsurgência: Teoria e Prática”. Desde então, sua teoria contribuiu para a transformação da doutrina norte-americana, tendo sido descrita no manual *FM 3-24 Contrainsurgency* (2006)⁵, que permitiu aos estadunidenses lograrem êxito contra os insurgentes iraquianos (MARLOWE, 2011).

Diante das evidências constatadas acima, David Galula viveu em um contexto épico de conflitos, tanto por sua descendência judaica, na disputa contra os muçulmanos, quanto em sua experiência militar, como oficial do exército francês, durante a II GM e na Guerra da Argélia. Ao longo dos anos e acontecimentos, ele pôde moldar como uma minoria enfraquecida poderia se sobrepôr a outro grupo normalmente mais forte e estruturado, e isso, o levou a desenvolver os métodos de identificação e combate aos insurgentes, denominando a Teoria da Contrainsurgência e com o seu emprego, pelos EUA, contra os iraquianos, provou, definitivamente, ser eficiente e confiável para utilização da sua metodologia, consagrando-se

⁵ FM 3-24 *Contrainsurgency*, é o manual norte-americano aplicado às operações militares contra a insurgência.

numa referência mundial. Porém, cabe ressaltar que, na atualidade, as relações entre as pessoas e os Estados são diferentes da época em que foi contextualizada a teoria de Galula e, portanto, faz-se necessário o entendimento conceitual a respeito do movimento insurgente.

Nesse sentido, abordaremos alguns conceitos doutrinários da insurgência, no intuito de compreendermos, de forma clara e concisa, o assunto em pauta neste capítulo.

2.2 O nascimento da insurgência

Como mencionado no subitem anterior, algumas divergências serão esclarecidas por serem aspectos importantes para este trabalho, já que existem antagonismos acerca dos conceitos de guerras, como, por exemplo, guerra irregular, guerra revolucionária etc. Assim, dissertaremos como os movimentos insurgentes estão relacionados ao contexto da guerra irregular, a partir de definições eminentes que facilitarão o entendimento da análise.

Nesse sentido, percebemos a clareza do entendimento na diferenciação entre as guerras irregulares e guerras convencionais, como evidenciado nas palavras de Alessandro Visacro (1970-), na passagem a seguir:

Os conflitos irregulares não se distinguem das guerras convencionais pelo simples status jurídico das forças irregulares ou pela relativa ausência de hábitos castrenses, como o uso de insígnias, uniformes e gestos formais de disciplina. Muito embora essa afirmação possa parecer por demais elementar, trata-se de um equívoco no qual estadistas e soldados incorrem com surpreendente frequência. Na verdade, por sua natureza, a guerra irregular é discrepante e assimétrica em relação à guerra regular (VISACRO, 2009, p. 231).

Segundo Visacro (2009), a guerra irregular está inserida no contexto mais amplo de guerra, portanto, adota-se uma regulamentação não convencional, fugindo dos padrões fixos e, desta forma, permite adaptar-se aos mais variados ambientes, sejam eles sociais, militares ou políticos.

Já a guerra revolucionária, de acordo com Galula (1964), trata-se de uma guerra político-social com ações no campo militar, em que a disputa de poder pelos insurgentes se dá por meio da força, apoiados por uma ideologia, levando, conseqüentemente, a uma transformação violenta da ordem vigente, em que o Estado voltará seus esforços para manter a ordem e tornar a população menos simpatizante aos revolucionários.

Sendo assim, o uso da força é a ação considerável, pela qual se obtém o poder e, na insurgência, as ações são conduzidas por muito tempo, de forma lenta e contínua, valendo-se de uma metodologia, na qual se busca a queda da ordem vigente por meio da conquista, aos poucos, dos objetivos intermediários (GALULA, 1964).

A partir da definição acima, depreendemos que o movimento insurgente busca seu estado final desejado, a partir de uma conduta não tradicional e mais flexível, desenvolvendo um planejamento minucioso e bem estudado, afim de conferir aos seus elementos insurgentes iniciativa e liberdade de ação, tornando a conquista dos seus objetivos políticos mais rápida e eficaz, de forma que consiga perdurar por muito tempo, até a tomada do poder.

Já em relação as forças regulares, observamos condutas convencionais baseadas em princípios doutrinários, com estruturas mais rígidas e formais o que dificulta o combate contra o movimento insurgente, pela certeza do cumprimento dos preceitos legais, já que são instituídas de legitimidade por representarem o governo do país e, portanto, deverão ter uma postura firme e uma preparação qualificada para evitar que o movimento permaneça por um longo tempo nas hostilidades.

Contudo, nos movimentos insurgentes, inicialmente, há uma grande languidez, em virtude das demandas logísticas necessárias para o movimento e essa fraqueza é notória quando relacionamos às forças do Estado, os contrainsurgentes, que possui a disposição seu arsenal de guerra, dotado de suprimentos de munição, armamentos, explosivo e materiais diversos, ao passo que os insurgentes necessitam buscar apoio financeiro, de pessoal e

material para sua labuta (VISACRO, 2009).

De acordo com Galula (1964), há uma grande diferença entre as forças do Estado e os insurgentes, no momento inicial do movimento, uma vez que a minoria estaria numa busca incessante por apoios que financiassem seus recursos demandados, especulando fontes intangíveis e, em contrapartida, o Estado forte já estaria investido do reconhecimento diplomático, da legitimidade do uso da força, recursos financeiros, de indústria, entre outros.

Assim, constatamos uma vantagem inicial aos contrainsurgentes, em virtude de sua condição de prontidão a resposta à ameaça assimétrica, daí cresce de importância evitar que o movimento se fortaleça com qualquer tipo de apoio, seja externo ou interno, principalmente, no que diz respeito aos recursos financeiros e à simpatia da população que são elementos essenciais para os insurgentes durarem na ação.

Para superar essa dificuldade inicial, os insurgentes buscariam um ideal ou uma causa para impulsionar o movimento em primeira instância, uma vez que ela desperta o “fogo sagrado” nos insurgentes para se empenharem, inteiramente, na luta. Com isso, o movimento se fortalece, possibilitando angariar a simpatia e atrair o maior número de aliados à causa para fazer frente ao Estado (GALULA, 1964). Logo, a importância está em, antes de tudo, obter um bom ideal, pois a história comprova a dificuldade dos contrainsurgentes em se contrapor ao movimento, uma vez que parcela significativa da população o apoia (TSE-TUNG, 2015), compactuando com a teoria de Galula.

Em países com grande divergência de classes, onde há uma opressora e outra oprimida, normalmente, encontramos neste cenário as causas necessárias para o surgimento dos movimentos insurgentes, principalmente, devido ao fato dos governantes falharem com a população (TSE-TUNG, 2015).

Os impactos políticos, sociais, étnicos, econômicos ou uma mescla dentre estes gerados por essas falhas ou equívocos dos governos em questão, permitem aos insurgentes

explorá-los e aprimorarem sua conduta, manipulando a vontade da população e, assim, promoverem a desordem facilmente, enquanto para o Estado as ações serão dispendiosas para contenção do movimento, trazendo uma grande instabilidade interna (GALULA, 1964). Desta forma, em um ambiente resultante da combinação desses inúmeros fatores, sobretudo os não militares, as causas para o movimento serão mais perceptíveis e mais fáceis de serem obtidas com respaldo para impulsionar o movimento, ao passo que sem elas, o movimento acabará com o tempo (VISACRO, 2009).

Constatamos as evidências de que o movimento insurgente necessita, prioritariamente, de uma causa para que aponte a direção pela qual suas ações serão desencadeadas e que, de certa forma, traga credibilidade ou a ideia de lisura de seus atos, permitindo-lhes converter parcela significativa da população ao seu favor. Contudo, é necessário que duas condições sejam atendidas: primeiramente, em relação à obtenção da causa, é preciso que haja um problema facilmente identificável na sociedade, que proporcione um ambiente de insatisfação generalizada ou, pelo menos, o sentimento de instabilidade e, em segundo lugar, segue-se na busca por patrocinadores ao movimento, a fim de minimizar a falta de recursos nos momentos iniciais da insurgência; Enquanto, para o Estado, a condição seria explorar a sua grande vantagem, no início do movimento insurgente, para evitar a perda do apoio popular que causaria um ambiente de desordem, dificultando as suas ações de repressão ao movimento, bem como o questionamento da sua legitimidade, tanto internamente, quanto externamente, mesmo que seja mais forte que a minoria insurgente.

Nesse sentido, depreendemos que o apoio popular fortalece ambos os lados e, com isso, é fundamental que a população se sinta acolhida e representada pelo Estado, transparecendo a sensação e a garantia de segurança, bem como disponha de recursos suficientes para conter qualquer forma de ameaça, daí inspira-se a confiança. Portanto, a seguir, estudaremos como se desenvolvem as Operações de Contrainsurgência

contextualizadas por David Galula.

2.3 As operações de contrainsurgência

Prosseguindo com o estudo da Teoria da Contrainsurgência, discorreremos, agora como desencadear as operações no combate aos insurgentes, de acordo com os preceitos gerais estabelecidos por Galula, a fim de garantir aos contrainsurgentes um meio para alcançarem seus objetivos, porém, atentando para que o método seja adaptado de acordo com o tipo de conflito, conforme as fases descritas a seguir.

A primeira fase consiste na destruição ou explosão das forças insurgentes, adotando o princípio da concentração de força na região selecionada, no intuito de limpá-la e reduzir os insurgentes a pequenos grupos que serão a ameaça militar. Porém, há que preocupar-se com o dano colateral envolvido, para preservar a confiança da população, sempre buscando compensá-la ao máximo, ao passo que os infratores sejam punidos por atitudes injustificadas ou desproporcionais (GALULA, 1964).

Na segunda fase, estabeleça unidades estáticas, estrategicamente, nos arredores dos locais de habitação da população, não considerando apenas as posições de valor militar. Essas unidades podem não se envolver, diretamente, nas hostilidades durante toda a guerra, mas, talvez, algumas instalações de valor precisem ser protegidas, com o cuidado de não desperdiçar o emprego das forças contrainsurgentes (GALULA, 1964).

Primeiramente, busca-se o posicionamento das unidades estáticas nos centros populacionais mais importantes e, no desenrolar das ações contrainsurgentes, com aumento da segurança local, expandi-las, paulatinamente, pela região em destacamentos menores, garantindo um efetivo de tropa suficiente para repelir ataques dos insurgentes para que não

prejudiquem o apoio da população aos contrainsurgentes (GALULA, 1964).

A terceira fase é o contato e o controle da população, na qual o Estado adota medidas de isolamento da população às atividades dos insurgentes, controlando seus movimentos e demonstrando autoridade sobre ela, bem como exercendo o controle territorial, por meio da ocupação e fiscalização de áreas que impeçam ou restrinjam o avanço do movimento insurgente. Assim, cabe aos contrainsurgentes a manutenção da ordem, fazendo prevalecer a sua vontade, punindo, proporcionalmente, os desordeiros ou, então, as suas medidas não surtirão efeitos (GALULA, 1964).

Muitas informações sobre os insurgentes podem ser obtidas ao cooptar uma rede de inteligência, principalmente, devido às inúmeras chances de contato pessoal entre as unidades estáticas e os indivíduos da população ou até mesmo adotando alguma medida contrainsurgente para fiscalizar o povo e, com o passar do tempo, as unidades estarão mais acostumadas com a rotina de vida da população e suas atividades, facilitando na identificação de uma atividade suspeita ou de um comportamento anormal, caso ele ocorra. Contudo, é de fundamental importância que os contrainsurgentes façam-se constantemente presentes militarmente, tanto ao dia, quanto à noite, para que a população se sinta protegida das ameaças insurgentes, desencorajando-os a aderir à causa do movimento (GALULA, 1964).

A quarta fase é a destruição da organização política local da insurgência, na qual buscam-se as ferramentas utilizadas pelos insurgentes para controlar, diariamente, a população, seja por meio dos grupos ou agentes inseridos em células políticas, cuja eliminação cabe estritamente às forças policiais, pois as suas atribuições são distintas às daqueles contrainsurgentes engajados na conquista do apoio popular. Entretanto, a operação deve ter um comandante local contrainsurgente, a quem a força policial manterá, constantemente, informado. Com isso, antes da destruição da célula política insurgente, deve ser estabelecido um destacamento contrainsurgente, a fim de evitar que outros insurgentes

renasçam e voltem, novamente, para as ações de erradicação (GALULA, 1964).

Em uma quinta fase, serão promovidas as eleições locais, de forma a nomear novas autoridades, em substituição àquelas da célula política insurgente, anteriormente, destruída pela contrainsurgência e, assim, organizar a participação popular a seu favor. As eleições devem ser transparentes e de caráter livre, evitando a indicação de pessoas ligadas à causa contrainsurgente, a fim de assegurar a legitimidade do processo, mesmo que os novos funcionários eleitos não sejam seus candidatos preferidos (GALULA, 1964).

A sexta fase é testar os novos líderes eleitos, onde serão atribuídas tarefas de administração local, recrutamento e organização das forças de autodefesa, com a finalidade de mobilizar a população em prol das ações contrainsurgentes. É desejável que se priorizem as atividades e os projetos dos líderes mais eficazes, enquanto os menos efetivos sejam preteridos até que a população perceba a sua ineficácia e haja a substituição por senso comum, porém, sem transparecer uma íntima relação ou associação aos contrainsurgentes, para sua autoridade não perder o valor perante a população (GALULA, 1964).

Na sétima fase, busca-se a organização de um partido político, no qual as novas autoridades eleitas, já testadas, serão agrupadas e organizadas em partidos, até no âmbito nacional, pois as autoridades recém-eleitas já atuam no próprio local de origem e não influenciariam o combate a insurgência como um todo, assim um partido político legitimaria o seu poder, por meio da política. No entanto, deve-se garantir que o partido tenha condições de ser implementado, até porque a população já reconheceria o seu poder sobre ela como uma administração natural, caso contrário, a política será ineficaz aos contrainsurgentes (GALULA, 1964).

Por fim, a oitava fase consiste na eliminação da última parcela da insurgência, em que as forças auxiliares locais, juntamente com os contrainsurgentes, envidarão esforços para reprimir ou eliminar as células insurgentes que ainda resistam, mesmo que não haja garantia

de destruí-los por completo, mas com seu enfraquecimento efetivo deixarão de ser uma ameaça grave de segurança (GALULA, 1964).

Segundo Galula (1964), não se cumprem, obrigatoriamente, todas as fases da operação contrainsurgente, pois cada local apresenta condições distintas para empregá-las, entretanto, ele alerta para observação da sequência lógica existente para que uma etapa não fracasse por consequência da anterior, como promover eleições locais sem antes destruir a organização política local da insurgência e enaltece que todo ato político, seja ele econômico ou social, em prol dos interesses contrainsurgentes, deve ser evidenciado nos locais em que a população seja mais atuante ao seu favor.

Em uma reflexão sucinta acerca das Operações de Contrainsurgência, depreendemos que um movimento insurgente adota uma conduta de atacar a fraqueza dos contrainsurgentes em que ele mesmo é mais fraco, evitando o combate direto por meio de pequenos grupos, valendo-se do conhecimento do terreno (núcleos populacionais, aldeias ou cidades) para desencadear ações rápidas e não convencionais, explorando as debilidades da população a seu favor. Por outro lado, o Estado segue padrões rígidos que dificulta a neutralização dos insurgentes, devido a sua legitimidade, a utilização dos seus recursos e o cumprimento legal de suas ações, daí preocupar-se ao máximo com o dano colateral à população e a perda do controle sobre ela, o que será a sua maior fraqueza e ao mesmo tempo sua maior arma contrainsurgente, o apoio popular. Sendo assim, apresentaremos, a seguir, uma síntese sobre o assunto abordado neste capítulo.

2.4 Conclusões parciais

Neste capítulo, contextualizamos a Teoria da Contrainsurgência de David Galula, a partir da exposição simplória de sua vida, entendendo as suas raízes que lhe permitiram acumular experiências pessoais e profissionais do campo militar, servindo, futuramente, como embasamento para o desenvolvimento teórico dos preceitos atinentes à insurgência e a contrainsurgência que se consagraram com credibilidade, principalmente, pelo reconhecimento norte-americano ao materializá-los em sua doutrina empregada contra os insurgentes no Iraque, obtendo êxito com louvor. Portanto, seu estudo nos permite acreditar na sua fundamentação, ao compreendermos um movimento insurgente, a sua origem e como se estabelece em um Estado que, inicialmente, prevalece por ter o poder legítimo e possuir recursos disponíveis para desencadear ações de repressão às ameaças insurgentes.

Diante disto, percebemos que para os insurgentes superarem a falta de recursos iniciais para o levante, necessita, extremamente, do apoio popular que só pode ser obtido por meio de uma causa ou ideal, mas para isso deve haver um problema social visível que gere um sentimento de insegurança ou instabilidade por parte do Estado e, assim, parcela significativa da população apoiará a causa insurgente, bem como o apoio externo.

Concluimos, também, que é importantíssimo para o Estado evitar a perda do controle da população, uma vez que encontrará grande dificuldade para combater os insurgentes que atuam sob uma conduta informal, sem regras rígidas, ao passo que, os contrainsurgentes seguirão os preceitos legais do direito, do código de conduta, regulamentos, entre outros para minimizar ao máximo o dano colateral e a desconfiança da população. Então, observamos a importância da teoria de Galula quando apresenta as operações de contrainsurgência descritas em oito fases, anteriormente enunciadas neste capítulo, oferecendo aos governos um meio de se contrapor às ameaças insurgentes, sem causar

sofrimento desnecessário a população.

Sendo assim, constatamos a relevância da utilização dessa teoria para que, no próximo capítulo, possamos analisar o que foram as FARC inseridas no contexto dos preceitos da insurgência e da contrainsurgência.

3. FORÇAS ARMADAS REVOLUCIONÁRIAS DA COLÔMBIA (FARC)

Seguindo adiante, estudaremos o caso particular das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC)⁶, apresentando o seu desenvolvimento e como se desencadeou a luta colombiana para a contenção do movimento ao final do século XX e início do século XXI, identificando sua relação com os preceitos da teoria de Galula, principalmente, no que tange à busca do apoio da população e como obtém suas fontes de recursos de pessoal, material e financeiro para superar as suas dificuldades iniciais e sustentar a empreitada ao longo do tempo. Neste sentido, faz-se necessário compreender o envolvimento das FARC com o narcotráfico e analisarmos o que isto pode refletir para a Colômbia como consequência em termos políticos e militares ao longo do período das hostilidades.

Sendo assim, neste capítulo, observaremos a conduta colombiana no combate à insurgência, destacando as táticas empregadas pelos contrainsurgentes, em décadas de conflito.

3.1 O surgimento das FARC

Segundo Daniel Pécaut (1935-), ao final do século XIX, a Colômbia era constituída, em sua maioria, por camponeses habitantes das terras livres, quando, a partir do início do século XX, uma desordenada apropriação das ditas terras assolou o país, causando para o Estado uma série de pressões políticas, por conta da desapropriação camponesa e, coube ao Estado, tentar organizar essas ocupações generalizadas, mas acabou que uma minoria passou a dominar muitas terras e com a expansão econômica do café, esse problema social da ocupação desenfreada foi se agravando, o que inspirou o surgimento de um

⁶ Utilizaremos a sigla FARC até a substituição para a atual denominação.

movimento camponês contra a constituição de latifúndios (PÉCAUT, 2010).

Esse cenário de insatisfação permitiu que organizações e partidos políticos inspirassem o movimento, conforme o pensamento socialista, valendo-se da liderança política de Jorge Eliécer Gaitán (1898-1948) e da legalidade do partido comunista colombiano (PCC), que passaram a dominar as zonas camponesas por toda a Colômbia, que, futuramente, seriam as bases sociais das FARC (PÉCAUT, 2010).

Os dois principais partidos da Colômbia, o Liberal e o Conservador, vivenciaram um período de disputas denominado *La Violencia*⁷, fruto do assassinato de Gaitán, candidato a presidente da Colômbia, pelo partido Liberal, em 1948. Entretanto, com o fim das disputas, ambos partidos fundaram a coligação Frente Nacional que passou a ditar o ordenamento na Colômbia. Contudo, o PCC e alguns liberais não se associaram a coligação, dando origem a grupos guerrilheiros rurais, comunistas e os ex-liberais, nos quais seus líderes, que antes defendiam os interesses liberais ou comunistas, passaram a comandar os grupos de autodefesa contra os latifundiários, instaurando uma guerra revolucionária no país (PULIDO, 2009).

Verificamos que, na Colômbia, antes da década de 60, com os sérios problemas causados pela desordenada apropriação de terras, uma minoria latifundiária se fortaleceu, gerando a insatisfação popular. Assim, os partidos políticos mais influentes aproveitaram a oportunidade para reafirmar seus ideais socialistas e, o PCC, foi o principal incitador do movimento camponês que despertou um intenso período de conflitos entre Liberais e Conservadores e a criação de grupos de autodefesa comunistas, no final da década de 40.

Portanto, neste cenário perfeito, nasce um movimento insurgente, onde, evidentemente, havia falhas do Estado, seja na falta de segurança interna para população ou na existência de uma classe opressora e uma oprimida, propiciando condições favoráveis à constituição das FARC, faltando apenas o fator motivador para o levante da insurgência.

⁷ “La Violencia” é o período de conflitos dos partidos entre 1948 e 1957, marcado por uma onda de assassinatos (MADDALONI, 2009).

Em Marquetalia⁸, no ano de 1964, o Exército colombiano desencadeou uma operação na região contra um grupo de autodefesa comunista para retomada do local, porém, encontrou enorme resistência dos guerrilheiros, liderados, principalmente, por Manuel Marulanda Vélez (1930-2008) e Jacobo Arenas (1924-1990)⁹, futuros líderes das FARC e responsáveis pelo estabelecimento do Bloco Sul¹⁰, base da guerrilha revolucionária. Em 1966, a II Conferência das FARC oficializou o Bloco Sul com o nome de Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia e estabeleceu como meta política o combate à estrutura latifundiária, por meio de uma reforma agrária (PÉCAUT, 2010), materializada nas palavras de Arenas:

A realização deste programa agrário revolucionário dependerá da aliança operário-camponês e da frente única de todos os colombianos na luta pela mudança do regime, única garantia para a destruição da velha estrutura latifundiária da Colômbia. A realização da reforma agrária revolucionária é apoiada nas grandes massas camponesas, que com sua luta irá contribuir decisivamente para a destruição latifundiária do monopólio da terra (ARENAS, 1985, p. 44, tradução nossa)¹¹.

Entretanto, a oficialização das FARC não ocorreu como se esperava, pois os guerrilheiros estavam interessados nas áreas rurais, pelo programa de reforma agrária, afastando-se dos grandes centros urbanos e atuando no interior da Colômbia, com pouca adesão popular, favorecendo, assim, o surgimento de outros grupos, como o Exército Popular de Libertação (EPL) e o Exército de Libertação Nacional (ELN), o que paralisou o movimento das FARC até início da década de 80 e, mesmo que ainda se prestassem a luta armada, eram dependentes do apoio do PCC para sua existência (PÉCAUT, 2010).

⁸ Marquetalia era um pequeno território localizado no departamento de Tolima, na Colômbia.

⁹ Manuel Marulanda Vélez e Jacobo Arenas foram os fundadores das FARC. Marulanda, conhecido como “Tirojifo” ou “Bom de mira” foi o principal líder e Jacobo, o principal pensador comunista.

¹⁰ Bloco Sul era a região que abrangia o Sul de Tolima e as confluências dos departamentos de Huila, Calca e Valle (ARENAS, 1985).

¹¹ Do original em espanhol: “La realización de este Programa Agrario Revolucionario dependerá de la alianza obrero-campesina y del Frente Único de todos los colombianos en lucha por el cambio de régimen, única garantía para la destrucción de la vieja estructura latifundista de Colombia. La realización de la Reforma Agraria Revolucionaria se apoyará en las más amplias masas campesinas que con su lucha contribuirán decididamente a la destrucción del monopolio latifundista de la tierra” (ARENAS, 1985).

Diante dessa condição, em uma VI conferência das FARC (1978), analisaram-se as atividades do movimento guerrilheiro e organizaram-se em uma estrutura política clandestina, situada nos locais de guerrilha e, nas Frentes¹², estaria a prontidão para repelir as possíveis ameaças (ARENAS, 1985).

Notemos que a deflagração da insurgência na Colômbia ocorreu devido ao ataque em Marquetalia, onde os grupos de autodefesa guerrilheiros resistiram à ocupação latifundiária desordenada, prevalecendo o sentimento de união à causa entre os camponeses, configurando-se em um bloco único (Bloco Sul) e, futuramente, denominado de FARC. Porém, o movimento estagnou quando os referidos grupos de autodefesa permanecerem enraizados na base rural, focados na reforma agrária e, assim, tornaram-se uma reserva estratégica armada do PCC. Portanto, ao final da década de 70, organizarem-se politicamente e, com o apoio do PCC, passaram a explorar recursos, a partir de atividades criminosas para sustentação do movimento.

Com essa nova vertente, no início dos anos 80, as FARC e outros grupos guerrilheiros, como o ELN e o EPL, intensificaram sua atuação, formalizando, em 1982, na VII Conferência, o objetivo político de estabelecer um novo regime, com um governo provisório e, desde então, passaram a denominar-se como Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo (FARC-EP) (PÉCAUT, 2010).

Observamos que, com a designação de Exército do Povo, o movimento entendeu a importância do contato com a população e propagar os seus ideais para se sustentar por muito tempo na ação e, assim, deixaram de atuar no interior do país, rumo aos centros populacionais.

A busca por apoio das massas foi evidenciada na VII Conferência, que resultou na criação de escolas, nas áreas de atuação das Frentes, a fim de converter a população a seu favor, pois sem ela, a guerrilha seria insustentável (ARENAS, 1985). Criaram, ainda o

¹² Frente é uma organização das FARC com mais de uma coluna de guerrilheiros, responsável pelo controle de áreas específicas (FARC-EP, 2007).

movimento político União Patriótica (UP), com o propósito de garantir os interesses insurgentes, pressionando o Estado a conceder acordos de trégua (PULIDO, 2009).

A trégua garantiu aos insurgentes a obtenção do perdão de vários prisioneiros, como um ato de boa-fé do governo colombiano, ao assinar um acordo de paz em 1984 (PÉCAUT, 2010), ratificado nas palavras de Arenas (1985):

[...] uma coisa é aquela conferência (sétima) e outros acordos que assinamos com o governo. Então o velho não tem nada a ver com o novo. Agora, com este acordo em que nos comprometemos mutuamente a cumprir o acordo, a situação é diferente (ARENAS, 1985, p. 22, tradução nossa)¹³.

Com isso, a UP conseguiu representatividade ao eleger vinte e três prefeitos e avançar nos interesses políticos, todavia, as FARC-EP continuaram com a prática de sequestros, extorsões e assassinatos, obedecendo a doutrina de “combinar todas as formas de luta” e, assim, em 1987, romperam o cessar-fogo com uma postura ofensiva contra o Estado (PÉCAUT, 2010).

Entretanto, na década de 80, a Colômbia não foi marcada somente pela ascensão política das FARC-EP. Segundo Pécaut (2010), o narcotráfico assolou o país, principalmente, com o Cartel de Medellín, o mais poderoso, liderado por Pablo Escobar¹⁴. Desde então, a Colômbia se tornou um ambiente de insegurança, com corrupção nas instituições e partidos políticos, promovidos pelo narcotráfico e a influência das drogas, onde atos de violência tornaram-se recorrentes, culminando, em 1984, no assassinato do Ministro da Justiça Rodrigo Lara Bonilla (1946-1984), por processar os narcotraficantes pertencentes ao cartel de Medellín, espalhando uma onda de terrorismo¹⁵ pela Colômbia.

Com a crescente violência e o cenário de instabilidade interna favorável aos movimentos insurgentes, paulatinamente, houve uma aproximação do narcotráfico com a

¹³ No original: “[...] una cosa es esa conferencia (Séptima) y otra los acuerdos que hemos firmado con el gobierno. Entonces lo antiguo no tiene nada que ver con lo nuevo. Ahora con este acuerdo en el que nos comprometimos unos a otros a cumplir con la pactado la situación es diferente” (ARENAS, 1985).

¹⁴ Pablo Escobar era o líder do Cartel de Medellín nos anos 80, principal traficante colombiano (CAÑÓN, 1994).

¹⁵ Terrorismo é uma ação que provoca forte impacto psicológico, de baixo custo e pode causar danos físicos proporcionalmente grandes, realizada por poucos atores (VISACRO, 2009).

insurgência, estabelecendo um estreito relacionamento entre os plantadores e os traficantes de drogas (VISACRO, 2009), principalmente, pela necessidade dos cartéis possuírem terras para o plantio e produção da coca, nas quais uma grande parte do território estava nas mãos das FARC-EP, ao sul do país e, dessa forma, o movimento obteve sua maior fonte de recurso financeiro (PÉCAUT, 2010).

No início dos anos 90, mesmo com o socialismo em decadência, os movimentos insurgentes colombianos, agora fortalecidos com o narcotráfico, mantiveram sua luta armada contra o Estado para alcançarem o poder e impor seus ideais comunistas (PÉCAUT, 2010).

De acordo com Pécaut (2010), os ataques lançados pelo Exército colombiano, na sede do Secretariado¹⁶, promoveram em muito as atividades de guerrilha das FARC-EP. No entanto, a principal razão para as FARC-EP abandonarem, completamente, a sua diretriz política foi a derrocada do seu relacionamento com o PCC. Com a morte, em 1990, do líder Arenas, simpatizante do PCC, o perfil belicista de Marulanda passou a nortear as diretrizes do movimento.

Em razão dos ataques das forças do Estado contra a sede das FARC-EP, foram constatadas oportunidades de melhoria aos insurgentes que ampliaram a ofensiva contra as forças regulares do Estado (CASTILLA, 2011). Nesse período, a maior parte do Estado colombiano estava sob domínio das FARC-EP, fruto da incapacidade governamental, o que lhes permitiram ampliar sua autonomia, estabelecendo suas próprias leis, cobrança de impostos, proteção da população, redistribuição de terras, entre outras competências não atendidas pelo Estado (VISACRO, 2009). Desse modo, em 1993, as forças de segurança lançaram uma ofensiva contrainsurgente, no ápice da guerra integral, para degradar o poder combativo e a expansão territorial da insurgência, recuando o movimento. Essa postura ofensiva militar dos insurgentes orientou o seu plano estratégico, o qual estabeleceu o

¹⁶ Secretariado é o nome dado ao grupo de líderes que, juntamente com os comandantes dos blocos de Frente, fazem parte do Comando Geral das FARC-EP (FARC-EP, 2007).

conceito de Guerra Popular Prolongada (GPP), oficializada na VIII Conferência (CASTILLA, 2011).

Prosseguindo em sua empreitada militar, os insurgentes começaram a buscar mais recursos para sustentar o esforço de guerra, na formação de um exército guerrilheiro bem equipado, praticando atos de extorsão, sequestro e, principalmente, valendo-se do narcotráfico (CASTILLA, 2011). Com a decisão de formar um exército para desencadear ações ofensivas de importância estratégica contra o Estado, firmada na VIII Conferência de 93, as Frentes especializaram-se em ações de combate, uso de explosivos, atividades políticas, logísticas e financeiras (LEONGÓMEZ, 2011). Em meados dos anos 90, as FARC-EP inferiram ataques de larga escala às Forças do Estado e isolaram metrópoles como Bogotá e Medellín, com seu exército guerrilheiro, financiado pelo narcotráfico (CASTILLA, 2011).

Diante disso, foi concedido às FARC-EP uma “*zona de despeje*”¹⁷, como um ato temeroso do governo, devido as seguidas baixas infligidas ao exército colombiano pelo movimento insurgente, na segunda metade da década de 90 (VISACRO, 2009).

Em face o exposto acima, percebemos a maneira pela qual a insurgência se instaurou e perdurou no tempo, explorando a causa da apropriação desordenada de terras, que gerou um problema social, o apoio da população e o financiamento do narcotráfico, corroborando com a teoria da contrainsurgência de Galula, ao que se refere à geração de um ambiente de instabilidade que permita o levante insurgente, demonstrando o quão desgastante pode ser o movimento, devido a sua organização política e seu poder combativo.

Portanto, a seguir, abordaremos como a Colômbia desencadeou suas ações contrinsurgentes, diante de um histórico prolongado de violência e atrocidades geradas pela insurgência que trouxe vários impactos degenerativos para sociedade, bem como para o governo colombiano.

¹⁷ O termo se refere a uma zona desmilitarizada concedida, às FARC, pelo presidente Andres Pastrana, em 1999 (VISACRO, 2009, p. 292).

3.2 A luta colombiana contra as FARC

A Colômbia encontrava-se mergulhada num estado de caos, com inúmeras ocorrências de sequestros, extorsões, assassinatos e, principalmente, com os cartéis do narcotráfico, até meados dos anos 90, forçando o Estado a agir imediatamente para dar o fim à um conflito que se arrastava por pelo menos 30 anos.

Então, com o governo de Andrés Pastrana (1998-2002), o Estado voltou-se para o combate ao narcotráfico e o reestabelecimento da paz interna, traçando uma estratégia, na qual, foi concebido em 1999, um acordo de cooperação financeira e militar com os EUA, denominado Plano Colômbia, uma vez que o comércio ilegal de drogas afeta a todos, sendo os EUA o principal destino das drogas colombianas. O plano previa erradicação manual da coca, a pulverização de aérea com culturas ilícitas, criação de batalhões antidrogas, expansão das unidades ribeirinhas, profissionalização do pessoal do exército e modernização no setor de segurança e defesa, com a reestruturação das forças públicas para combater o crime organizado e garantir os direitos humanos, atuando, diretamente, na ligação entre os grupos armados e o narcotráfico. Dessa forma, a ajuda financeira dos norte-americanos refletiu na qualificação das forças militares do Estado, a qual aprimorou-se a doutrina e os recursos tecnológicos, bem como o sistema de inteligência e de comando e controle, melhorando a condução das operações contrainsurgente (LEONGÓMEZ, 2011).

Assim, foi no governo sucessor de Álvaro Uribe Velez (1952-), no período de 2002 a 2010, que se implementou a Política Democrática de Segurança e Defesa (PDSD), na qual decretava a retomada dos territórios sob posse das FARC e o monopólio das armas pelo Estado, no intuito de enfraquecer a insurgência (LEONGÓMEZ, 2011).

Neste sentido, os recursos fornecidos à Colômbia, pelos EUA, trouxeram

mudanças significativas às forças do Estado, tanto no emprego de novas tecnologias, quanto nos aspectos logísticos, possibilitando a reafirmação de uma estratégia contrainsurgente, além da manutenção do combate ao tráfico de drogas, em que o Estado desencadeou pesadas ofensivas militares no sul do país, principalmente, na retaguarda das FARC (LEONGÓMEZ, 2011).

Essa intensificação de ofensivas militares fez com que as FARC abdicassem, temporariamente, do seu expressivo controle territorial, recuando para regiões interiores, nos departamentos fronteiriços, com intuito de se reorganizarem, se fortalecendo das táticas de guerrilha para emboscar e do uso de minas e armadilhas para protegerem as plantações de coca, sua principal fonte financeira de sustentação do movimento, bem como evitar que o Estado desencadeasse operações inopinadas que desgastariam ainda mais os insurgentes e, assim, controlar essas regiões que serviriam de corredores estratégicos para reabastecimento e esconderijo (LEONGÓMEZ, 2011).

Notamos que com o incremento financeiro e ajuda militar norte-americana, o Estado pôde revitalizar suas forças na luta contra às FARC, inicialmente, objetivando acabar com linha de sustentação financeira do narcotráfico, que reduziu, mas não o suficiente para extingui-la. Sendo assim, buscou-se o enfraquecimento do movimento com a retomada dos territórios sob controle das FARC, forçando-os a recuarem para as áreas ribeirinhas nas regiões de fronteira e diminuindo sua influência sob a população, êxito obtido com a intensificação das ofensivas militares.

Assim, concordamos que as políticas adotadas por Pastrana e Uribe, como o Plano Colômbia e PDSD, respectivamente, causou um enfraquecimento potencial ao movimento insurgente, contudo, apesar de suas perdas, as FARC conseguiram se adaptar à nova circunstância e manter suas aspirações políticas com o mínimo apoio popular.

Diante do declínio da insurgência, no período de 2006 a 2010, com Uribe reeleito,

ampliou-se a postura militar, estabelecendo, ainda, a Política de Consolidação da Segurança Democrática (PCSD), a qual pôs fim, definitivamente, a qualquer pretensão insurgente de prosseguir com sua estratégia (LEONGÓMEZ, 2011).

Desde então, o movimento vem sendo reduzido tanto no seu efetivo, quanto a sua ocupação territorial, principalmente, a partir do final de 2006, em que as forças militares conseguiram bloquear inúmeros corredores estratégicos, por meio de operações de cerco e isolamento que degradaram, em muito as Frentes, provocando desorganização e dificuldade de reabastecimento, que, com o passar do tempo, abalou o moral e o poder combativo dos insurgentes. As operações de inteligência tiveram, também, um papel preponderante na luta contrainsurgente, contribuindo para interceptação das comunicações inimigas e desestruturar o sistema de comando e controle insurgente (PÉCAUT, 2010). Com isso, as FARC passaram a ter grandes deficiências de coordenação, ao passo que, em 2008, acarretou na captura ou morte de líderes e Comandantes de Frente, provocando inúmeras deserções no movimento e desacreditando a capacidade das FARC em sustentar seu esforço militar, financeiro e o apoio da população, destroçando de vez o seu poder combativo (LEONGÓMEZ, 2011).

Diante disso, percebemos que as políticas adotadas nos governos de Pastrana e Uribe, fortalecidas pelos EUA, foram extremamente eficazes no esforço militar contrainsurgente, mesmo que não tenham alcançado, em sua plenitude, a extinção do narcotráfico, entretanto, fizeram com que as FARC recuassem, gradativamente, para as áreas ribeirinhas nas regiões de fronteira e abdicassem da vontade de lutar, devido as dificuldades de reabastecimento, deslocamento e coordenação do secretariado com as Frentes, fruto das operações de cerco e isolamento, bem como do esforço do trabalho de inteligência das forças do Estado na interceptação das comunicações, gerando problemas de comando e controle e pondo fim a capacidade operativa insurgente.

3.3 Conclusões parciais

Dessa forma, neste capítulo, observamos que as FARC surgiram motivadas pela causa associada à desordenada apropriação das “terras livres”, o que motivou levante insurgente na busca de uma reforma agrária revolucionária, porém, sem o apoio das massas localizadas nos grandes centros populacionais e o surgimento de outros grupos insurgentes, as FARC não impulsionaram o movimento, até o final dos anos 70. Então, na década seguinte, organizaram-se politicamente, percebendo a força do apoio popular para sustentar a guerrilha e, com isso, passaram a atuar em outras regiões do país, além do interior, com o propósito de angariar parcela significativa da população, bem como ampliar suas pretensões políticas, dando maior legitimidade ao movimento e, já com novas estratégias e objetivos traçados, denominaram-se FARC-EP. Ainda na década de 80, surgem os cartéis do narcotráfico, que ao estabelecerem uma íntima relação com as FARC-EP, na busca por terras para ampliarem o comércio de drogas ilícitas, em troca do financiamento das necessidades do movimento, formaram uma rígida coligação, que podemos chamar de narco-insurgência. Dessa maneira, nos anos 90, as FARC deixaram de vez o foco na política e passaram a expandir-se militarmente, engendrando pesadas ofensivas contra o Estado, espalhando uma onda de terror pelo território colombiano.

Sendo assim, no início do século XXI, a Colômbia, com apoio dos EUA, organizou-se politicamente para repressão às FARC, adotando uma estratégia para o enfraquecimento do movimento, a partir da retomada de territórios e do isolamento da população ao assédio dos insurgentes, por meio da intensificação das ofensivas militares e das operações de cerco e isolamento que desmantelaram a sua estruturação urbana, forçando-os a recuarem para as áreas ribeirinhas, nas regiões de fronteiras para protegerem as plantações de coca, no interior da selva, sua maior fonte de recurso.

Face ao exposto, concluímos que a contextualização deste capítulo foi de fundamental importância para identificarmos, no caso prático da Colômbia, de que maneira a insurgência pode ser instaurada em um Estado enfraquecido, bem como as dificuldades encontradas pelo governo e as consequências geradas pela luta contrainsurgente, trazendo novas reflexões políticas e doutrinárias no emprego das forças de segurança, durante um conflito que perdurou por meio século.

Neste contexto, no próximo capítulo, abordaremos, especificamente, o combate às FARC, nas áreas ribeirinhas da selva amazônica, com o emprego das Operações Ribeirinhas em resposta a ameaça insurgente, associando suas táticas aos preceitos da teoria contrainsurgente.

4. AS OPERAÇÕES RIBEIRINHAS COLOMBIANAS

Neste capítulo, apresentaremos parte da fundamentação doutrinária das OpRib na Colômbia, principalmente, no que diz respeito às suas táticas voltadas para o combate à guerra irregular, como vimos anteriormente na luta colombiana contra as FARC, o seu emprego relacionado ao enfraquecimento dos insurgentes, de acordo com a sua aplicação prevista no *Manual de Operaciones Fluviales* (2006), da Armada da República da Colômbia (ARC), que diz:

Os princípios, manobras e táticas contidas neste manual são aplicáveis em guerras simétricas e assimétricas (convencionais e irregulares), implementadas em relação à evolução tecnológica, recursos disponíveis e mobilidade (COLÔMBIA, 2006a, p. 07, tradução nossa)¹⁸.

Posteriormente a essa fundamentação, abordaremos, como se deu na prática, o emprego dessas táticas contra o movimento das FARC e sua relação com a teoria da contrainsurgência de Galula, apresentada no segundo capítulo, finalizando com as conclusões parciais acerca da sua eficácia em resposta a ameaça assimétrica.

4.1 Fundamentação doutrinária

Como observamos no capítulo anterior, a Colômbia passou a intensificar o combate contrainsurgente a partir do início do século XXI, com o financiamento proporcionado pelos EUA, no Plano Colômbia, levando o país a dar um salto no setor de defesa, principalmente, com a expansão de suas unidades ribeirinhas, de forma a exercer o controle das regiões fronteiriças ocupadas pelas FARC e levar a presença do Estado à

¹⁸ Do original em espanhol: “Los principios, maniobras y tácticas contenidas en este Manual son aplicables en guerras simétricas y asimétricas (convencional e irregular), implementados con relación a la evolución tecnológica, recursos disponibles y movilidad” (COLÔMBIA, 2006a, p.07).

população nos locais inóspitos do ambiente ribeirinho, promovendo bem-estar social e integração territorial, daí a importância da evolução doutrinária das Operações Ribeirinhas. Percebemos, também, que além das operações realizadas para reduzir o controle territorial das FARC, a inteligência e as comunicações empregadas no ambiente ribeirinho foram de suma importância para a localização, identificação, captura e eliminação de vários líderes insurgentes, impactando diretamente no comando e controle inimigo, o que colapsou o movimento.

Assim, após anos de ausência governamental e o repleto domínio de territórios nas regiões ribeirinhas pelas FARC, as forças do Estado passaram a controlar, continuamente, estas áreas, no período de 2002 a 2007, quando, em alguns locais, o comércio se dava pelo uso da pasta base de coca como moeda de troca. A partir daí, coube ao Corpo de Fuzileiros Navais da Colômbia (CFNC) a responsabilidade do controle dessas ditas áreas, principalmente, nas fronteiras leste e sul do país, percebendo a peculiaridade do ambiente ribeirinho (MULLER, 2006a).

O conceito colombiano de área ribeirinha se traduz nos manuais como sendo uma região formada por rios, margens de rios, foz em delta, ilhas fluviais, locais de terra próximo ao rio, canais, lagos, lagoas e pântanos, abrangendo zonas *fluviomarinhas* com mistura de águas marinhas e fluviais, com limitadas rotas de comunicação terrestre. Sua bacia hidrográfica se estende por regiões montanhosas e planícies, cortadas por um rio principal e seus afluentes, como uma “espinha de peixe”. Os rios apresentam conformação distintas, sendo mais estreitos, com grande correnteza transportando sedimentos e quedas d’água nas áreas de montanhas, ao passo que nas planícies, são largos, de baixa velocidade com poucos sedimentos e em épocas de inverno ou chuva se comportam como reservatórios (COLÔMBIA, 2006a).

Para atuar nesse ambiente, a Colômbia dispõe da *Brigada Fluvial de Infanteria de*

Marina (BRIFLIM), constituída por três *Batallónes Fluviales de Infantería de Marina* (BAFLIM) e dois *Batallónes de Asalto Fluvial* (BASFLIM), com a tarefa de conduzir operações em áreas ribeirinhas sob sua responsabilidade para negá-la ao uso do inimigo, por meio dos batalhões orgânicos, empregando táticas, técnicas e procedimentos da guerra regular e irregular, bem como desenvolver operações de inteligência de combate para localizar e destruir forças inimigas (COLÔMBIA, 2006a).

Notamos que dada a complexidade do ambiente ribeirinho, as OpRib são fundamentais para garantir o controle de áreas de difícil acesso e também permitir ao Estado se fazer presente perante a população, mitigando a possibilidade de ocorrência de falhas governamentais que possam gerar a insatisfação popular, que serviria como a “fagulha” para o levante insurgente.

Dessa forma, para a realização das OpRib, o BAFLIM organiza-se por tarefa em *Grupo de Combate Fluvial* (GCF), constituído por meios fluviais e tropa de fuzileiros navais, com capacidade de executar operações de inteligência, estabelecer e manter as linhas de comunicação fluvial e realizar operações de vigilância, interdição, segurança, assalto e apoio. Tal organização por tarefas pode ser subdividida em *Elementos de Combate Fluvial* (ECF), do tipo *Elementos de Combate Fluvial Pesado* (ECFP) e *Elementos de Combate Fluvial Liviano* (ECFL), sendo o Elemento de Combate a sua menor constituição de emprego operacional. Preferencialmente, operam nos períodos de cheia, no verão, que possibilita a navegação de meios fluviais de grande calado, porém, em canais mais estreitos, sua manobra é limitada, devendo, primordialmente, controlar o terreno marginal adjacente para evitar exposição à ação de fogo inimigo (COLÔMBIA, 2006a).

Como mencionado anteriormente, as “*Operaciones Fluviales*”¹⁹ podem ser realizadas no contexto da guerra irregular, sendo desenvolvidas de três tipos: Operações de

¹⁹ Operaciones Fluviales é o termo do original em espanhol empregado na doutrina colombiana que se refere às Operações Ribeirinhas (COLÔMBIA, 2006a, p.60, tradução nossa).

Assalto Ribeirinho; Operações de Vigilância, Interdição e Segurança; e Operações de Apoio. As de Assalto Ribeirinho reflete uma ação rápida das unidades fluviais sobre o inimigo posicionado nas margens, destruindo suas instalações e reservas de abastecimento próximas do rio, bem como estabelecer o controle de áreas ribeirinhas, sua população e recursos. As Operações de Vigilância, Interdição e Segurança destinam-se a proteção das linhas de comunicação fluvial, negação do uso das vias fluviais ao inimigo, obtenção de dados de inteligência e controle da população local. E por fim, seguem-se as de Apoio, realizadas em proveito de outras forças, contribuindo para o controle e destruição das forças inimigas ao longo dos rios ou no terreno adjacente, permitindo o isolamento da área de operações e interdição das forças inimigas (COLÔMBIA, 2006a).

Nessas operações, cresce de importância o emprego de técnicas e táticas de combate fluvial que favoreçam a obtenção de dados de inteligência para antever e reprimir atividades de guerrilha, como a utilização de embarcação civil com facilidade de comunicações, a frente dos deslocamentos táticos em áreas de risco, servindo como botes de inteligência. Adicionalmente, manter o tratamento cordial com tripulantes de embarcações comerciais possibilita a coleta de informação e, sempre que possível, o respeito e bom trato com a população devem ser observados, principalmente com os navegantes, para facilitar o desenvolvimento das ações (COLÔMBIA, 2006a).

A inteligência e as comunicações têm um papel preponderante para as operações, dada a complexidade do ambiente ribeirinho, uma vez que se faz necessário a obtenção dos Elementos Essenciais de Inteligência (EEI), como as informações sobre a Área de Operações (AOp), de condições meteorológicas, hidrográficas, perigos à navegação, localização de pontes, entre outros obstáculos naturais ou artificiais e, também, sobre a Situação Militar do Inimigo (SMI), a localização e composição das forças, os corredores de mobilidades utilizados pelos elementos adversos (fluvial ou terrestre), quais as atividades ilícitas

praticadas pelos guerrilheiros, suas rotas fluviais de suporte logístico, sua capacidade de cooptar o apoio popular e a identificação de pessoas ou órgãos na AOp, associados à guerrilha ou que possam ser explorados pela tropa. Já as comunicações devem ser eficientes, seguras e garantir uma boa fluidez da informação pelas redes, devido as dificuldades impostas pelo ambiente, como as distâncias envolvidas na operação, o terreno, as condições climáticas e a vegetação. Além disso, quando bem empregadas nas operações de inteligência, permitem a interceptação de frequências inimigas, proporcionando uma grande vantagem para condução das OpRib e contribuindo para o êxito da missão (COLOMBIA, 2006a).

Face ao exposto na contextualização doutrinária colombiana, discorreremos, a seguir, sobre como as OpRib foram conduzidas em resposta a ameaça insurgente proporcionada pelas FARC, destacando a relação das táticas empregadas com a teoria da contrainsurgência.

4.2 As Operações Ribeirinhas relacionadas com a teoria de Galula

Verificamos que as ofensivas militares contra as FARC foram cruciais para o seu retraimento dos grandes centros urbanos, empobrecimento financeiro e o enfraquecimento do apoio da população ao movimento, forçando-os a adotarem uma postura de isolamento nas regiões ribeirinhas para protegerem as plantações de coca, sua principal fonte de recursos. Desde então, as OpRib cresceram de importância na repressão aos insurgentes, de forma a combalir a sua atuação e reestabelecer a ordem interna vigente.

Assim, foi estabelecida pela ARC, uma estratégia naval denominada “*Cerrando Espacios*” para o controle e manutenção de áreas ribeirinhas, abrangendo a calha dos rios e o terreno marginal adjacente e áreas marítimas, com propósito de negar o seu uso, pelas as FARC, atuando incisivamente no fluxo logístico de produção, transporte e distribuição de

coca dos insurgentes. Com isso, as principais regiões selecionadas para o desenrolar das operações foram as fronteiras leste e sul colombiano, na parte amazônica, por serem mais planas, irrigadas por rios caudalosos e estuários, que nos períodos de cheia, permitem a utilização de meios fluviais de maior porte e capacidade operacional, dificultando a atuação do movimento guerrilheiro, bem como a encosta caribenha, pela proximidade com as rotas comerciais marítimas que incidem no canal do Panamá (COLÔMBIA, 2007).

No desencadeamento das Operações de Vigilância, Interdição e Segurança, além do grande esforço de inteligência, determinou-se as principais rotas de comunicação fluviais utilizadas pelas FARC, nas quais foram identificados inúmeros pontos críticos²⁰ que possibilitaram desferir pesados ataques aos insurgentes, ao longo dos rios, provocando uma mudança na sua forma de atuação para os rios mais rasos e estreitos (MULLER, 2006).

Nesse sentido, percebemos que a intensificação das operações militares, a estratégia naval adotada e as táticas empregadas nas operações de vigilância e interdição, inculcando pesados golpes contra os insurgentes, estão diretamente relacionadas com os preceitos da teoria de Galula, no que diz respeito às operações contrainsurgente, em que numa primeira fase, busca-se a concentração de força em local pré-determinado para destruição ou fragmentação da célula insurgente, transformando-a em pequenos grupos ou em elementos dispersos que constituíram a ameaça comum.

Desde então, com a expansão das unidades ribeirinhas, implementadas pelo Plano Colômbia, a ARC estabeleceu, ainda, dentro da sua estratégia, os batalhões fluviais ao longo dos principais rios da “*cuenca fluvial*”²¹ colombiana, para obtenção do controle efetivo das áreas ribeirinhas e, a partir desse posicionamento, a força passou a organizar-se em GCF para desencadear as operações de combate, demandando os pontos críticos fluviais da AOp para

²⁰ Pontos críticos são pontos de passagem obrigatória notáveis no terreno. No caso do ambiente ribeirinho, podem ser confluências de rios, boca de furos e igarapés, paranás ou entroncamento de estradas em terra firme.

²¹ Cuenca fluvial é o termo do original em espanhol que se refere a bacia hidrográfica colombiana (COLÔMBIA, 2006a, p.10, tradução nossa).

repressão as atividades das FARC, em que uma vez cessadas, realizaram patrulhas ribeirinhas, interdição ou bloqueio fluvial e atividades de inteligência com os ECF constituídos. Com o controle estabelecido, o GCF prossegue em operações continuadas, sustentadas pelas *Estaciones Móviles de Apoyo Fluvial* (EMAF), posicionadas estrategicamente no ambiente ribeirinho, garantindo o apoio logístico e servindo de bases para operações subsequentes. Essa tática empregada permite à Força encurralar, perseguir e isolar as FARC, mesmo em regiões com canais estreitos de difícil manobra e, também, evitar que os insurgentes estabeleçam a ligação com a população local, enfraquecendo sua atividade (MULLER, 2006). A partir do momento em que o contato inimigo se torne cada vez mais remoto, no desenrolar do patrulhamento ribeirinho rotineiro, depreende-se que a tática empregada, pela Força, demonstrou ser eficaz e bem executada, já que a atuação das FARC na busca por posse territorial foi reduzida e alteradas as suas rotas de tráfico de drogas (COLÔMBIA, 2006b).

Sendo assim, constatamos que o estabelecimento de batalhões e bases de apoio logístico ao longo da calha dos principais rios, próximo às comunidades ribeirinhas, foram muito eficazes no sentido do controle de área ribeirinha, englobando o isolamento dos insurgentes e o controle da população, demonstrando a forte presença do Estado, principalmente nestes focos populacionais mais isolados, que estão permanentemente vulneráveis ao assédio dos insurgentes. Assim, conforme elucidado por Galula, o Estado possui uma grande vantagem em relação aos insurgentes, por ter a legitimidade do uso da força e a sua disposição para pronto emprego os recursos logísticos necessários ao esforço de guerra, devendo, portanto, explorar esta condição favorável para garantir à população de que suas demandas de segurança e de bem-estar social estão sendo atendidas, minimizando a possibilidade do surgimento de um ideal insurgente. Além desse aspecto, o referido posicionamento das unidades ribeirinhas reflete o que seria a segunda fase da operação contrainsurgente, idealizada por Galula, qual seja, o estabelecimento de unidades estáticas,

estrategicamente posicionadas, nos arredores dos locais de habitação da população, e com essa tática de organização da força ribeirinha em GCF, permitiu a consolidação da segurança local e, posteriormente, expandindo-se para organizações menores (ECF), desencadearam ações de controle fluvial, patrulha ribeirinha, operações de interdição e bloqueio fluvial, bem como operações de inteligência na região e, com isso, também, nos remete a uma terceira fase, apresentada por Galula, nas operações contrainsurgentes, a do contato e o controle da população local, em que o Estado adota medidas de isolamento da população às atividades dos insurgentes, controlando seus movimentos e demonstrando autoridade sobre ela.

Diante do exposto, a seguir, finalizaremos o capítulo apresentando as conclusões parciais sobre o que são as OpRib colombianas e de como se deu o emprego contra as FARC, associado aos preceitos da Teoria da Contrainsurgência.

4.3 Conclusões parciais

Neste capítulo, constatamos que, por conta da implementação do Plano Colômbia, a sua doutrina de Operações Ribeirinhas sofreu uma profunda reformulação, fruto dos cinquenta anos de desgaste do governo colombiano no combate ao movimento das FARC, contendo uma ampliação de conceitos e aplicações voltadas, também, para a guerra irregular, nos seus manuais de OpRib. Em um primeiro ponto de vista, tudo indicaria que a longa duração de tempo de conflito proposto pela insurgência acarretaria em consequência para a Armada da República da Colômbia e para o Corpo de Fuzileiros Navais colombiano uma perda significativa da sua capacidade doutrinária e combativa para a realização das OpRib clássicas, até mesmo em termos de obsolescência de meios e qualificação técnica profissional, contudo, o efeito foi contraditório, onde destacamos que a necessidade de se aprimorar as táticas de combate contra a insurgência, refletiu em uma nova concepção de abordagem das

“*operaciones fluviales*”, com técnicas e táticas descritas nos manuais doutrinários, extremamente eficazes contra qualquer tipo de ameaça assimétrica, o que foi confirmado na confrontação das OpRib com a teoria da contrainsurgência, quando do seu emprego contra as FARC.

Entretanto, a evolução não se deu apenas em termos acadêmicos, mas também no fortalecimento estrutural do CFNC, o qual teve, à época, uma expressiva ampliação e modernização de suas unidades ribeirinhas, que lhe permitiu fiscalizar e controlar, continuamente, as áreas ribeirinhas sob sua jurisdição, contribuindo, de forma primorosa, para garantir a presença do Estado nos confins do ambiente amazônico, onde a população é carente das necessidades básicas e mais fácil de ser cooptada para um levante do movimento insurgente.

Portanto, concluímos que, diante da tendência do aumento das ameaças assimétricas e do combate colombiano contra as FARC, a partir do início do século XXI, as Operações Ribeirinhas serão cada vez mais empregadas em resposta a esse tipo de problema militar, influenciando na revisão da concepção do seu emprego, por outras forças, nos dias atuais.

Nesse contexto, no próximo capítulo apresentaremos a realidade das Operações Ribeirinhas da Marinha do Brasil, elucidando as vantagens e desvantagens em relação ao emprego tático das OpRib colombianas, em virtude da semelhança do ambiente ribeirinho da floresta amazônica, no qual ocorreu a luta colombiana contra as FARC.

5. AS OPERAÇÕES RIBEIRINHAS BRASILEIRAS

O ambiente ribeirinho brasileiro assemelha-se com o colombiano, no aspecto de extensão da bacia hidrográfica, a rede hídrica com rios caudalosos e a vegetação da floresta equatorial amazônica, porém, na parte brasileira, o terreno se configura, em toda sua extensão, como uma enorme planície, ao passo que, na Colômbia, é constituído por uma região de cadeias de montanhas e outra por terras planas, o que impactará, diretamente, na realização das operações militares. Com isso, no Brasil, para o desencadear das operações neste tipo de ambiente, cresce de importância o emprego conjugado dos meios aéreos, navais e de fuzileiros navais, para conferir mobilidade e amplitude de esclarecimento, devido às limitações impostas pelo terreno.

5.1 As Operações Ribeirinhas na Marinha do Brasil

Na MB, as OpRib estão enquadradas, na sua doutrina, como sendo uma das Operações de Guerra Naval, por estarem relacionadas, diretamente, com as tarefas do poder naval, pelas quais são realizadas para a obtenção e manutenção do controle de uma Área Ribeirinha (ARib) ou negar seu uso ao inimigo, podendo ser de caráter singular ou conjunta²², sempre baseadas no princípio de que não há controle das vias fluviais sem controlar o terreno marginal adjacente, ou ao contrário. Dessa maneira, depreende-se a sua forte aproximação com a calha do rio para o desenvolvimento das ações, sem aprofundar-se no terreno, o que estabelece uma ligação permanente das tropas de fuzileiros navais com os navios e as embarcações orgânicas, para controlar o terreno marginal (BRASIL, 2017).

²² Operação Conjunta são aquelas que empregam ponderáveis elementos pertencentes a mais de uma força.

Ainda relacionado ao ambiente em questão, segundo o descrito na Doutrina Militar Naval (2017), o conceito de ARib é entendido como sendo

A área que compreende hidrovia fluvial ou lacustre, terreno e espaço aéreo sobrejacente, caracterizada por linhas de comunicações terrestres limitadas e pela existência de extensa superfície hídrica ou rede de hidrovias interiores (rios principais e seus afluentes, braços de rios, canais, lagos e lagoas), que servem de delimitação de fronteira, via de penetração estratégica ou rotas essenciais ou principais para o transporte de superfície (BRASIL, 2017, p. 17).

Na região amazônica, a MB, por meio do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN), conta com a presença de dois batalhões, sendo o 1º Batalhão de Operações Ribeirinhas (1ºBtlOpRib) estabelecido na Amazônia ocidental, sob jurisdição do Comando do 9º Distrito Naval e o 2º Batalhão de Operações Ribeirinhas (2ºBtlOpRib) na Amazônia oriental, sob jurisdição do Comando do 4º Distrito Naval.

Em razão da complexidade do ambiente operacional ribeirinho, nas OpRib, a força organiza-se por tarefa, denominada Força-Tarefa Ribeirinha (ForTaRib), para atuar neste ambiente, conferindo mobilidade, unidade de comando, apoio logístico, superioridade aérea e de fogos, assim, desdobra-se em Grupos-Tarefa (GT), aos quais poderão ser adjudicados meios navais, de fuzileiros navais e aeronavais que, conseqüentemente, para desempenhar as suas tarefas, expandem-se para Unidades-Tarefa (UT). A ForTaRib pode ser constituída por diversos meios navais, destacando entre eles, o navio-hospital, de fundamental importância para apoio a própria força nas operações, mas também, segundo a Doutrina Militar Naval (2017), EMA-305, 1ª edição, pode ser empregado, juntamente, com outros meios navais e de fuzileiros navais, em atividade benigna subsequente a operação ou mesmo durante as OpRib, como na Ação Civico-Social (ACISO)²³, que, além de atender a problemas sociais, também pode ser inserida como assunto civil e colaborar nas operações psicológicas, contribuindo para o fortalecimento da presença do Estado perante a população.

²³ ACISO são atividades temporárias ou programadas de prestação de serviços sociais às comunidades ribeirinhas, onde a presença do Estado é dificultada (BRASIL, 2017.)

Neste sentido, diante do propósito de obter e manter o controle total ou de parte de uma ARib ou negá-la ao inimigo, além da íntima relação da força com a calha do rio, o controle do tráfego fluvial tem um papel relevante em apoio as ações em terra, podendo ser realizado com estabelecimento de zonas de exclusão ou corredor de trânsito. O primeiro método é de difícil execução e menos recomendado, pois interditar totalmente o acesso a determinada região numa ARib, com extensa rede hídrica, formada por vários rios, afluentes, canais, furos e paranás seria um esforço gigantesco de emprego dos meios navais e de tropa, além de impactar, drasticamente, na rotina da comunidade ribeirinha, extremamente dependente das vias fluviais que são os únicos corredores de mobilidade existentes e, desta forma, ainda, poderia gerar o efeito contrário ao que se espera, em relação a população, provocando antipatia às nossas forças, quando exploradas psicologicamente pelo inimigo. Contudo, o mais indicado seria o método de corredores de trânsito, estabelecendo áreas de patrulha ribeirinha, nas quais manter-se-ia o fluxo seletivo das embarcações, realizando inspeções e supervisionando o movimento rotineiro da população, principal fonte de obtenção de dados de inteligência neste tipo de ambiente.

Entretanto, para que o controle fluvial e do terreno marginal adjacente sejam bem implementados e, também, devido ao tempo necessário de permanência da força, nas Operações Ribeirinhas brasileiras, é previsto o emprego da Base de Combate Ribeirinha (BCR), instalada temporariamente, de onde emana todo aporte de sustentação tática e logística da ForTaRib, para desencadear as ações contra o inimigo. Quando instalada a bordo de navio ou outro meio flutuante, são denominadas Base de Combate Flutuante (BCF) e quando instalada em terra, chama-se Base de Combate Terrestre (BCT), por ocasião do desembarque do componente do esforço principal em terra e quando as condições de segurança permitem o seu estabelecimento. Além destas bases, ainda pode ser estabelecida uma Base de Operações Aéreas (BOA), instalada temporariamente a bordo de navios, balsas

ou em terra, de modo a sustentar o esforço das operações aéreas, em prol das ações da ForTaRib, sejam em operações de esclarecimento ou de combate contra a força adversa.

De acordo com o elucidado acima, destacaremos, adiante, o que se refere as OpRib colombianas empregada no combate as FARC, aplicáveis a realidade das OpRib no Brasil, apresentando possíveis vantagens ou desvantagens que permitirão tirar conclusões para o aperfeiçoamento futuro.

5.2 Vantagens e desvantagens

Como um introito inicial, levaremos em consideração o aspecto do ambiente ribeirinho, que muito interfere nas operações, transparecendo uma ligeira vantagem para as OpRib brasileiras, no quesito planejamento, já que podem explorar o conjugado anfíbio mais facilmente, por conta da conformação da sua bacia hidrográfica, ao passo que, na Colômbia, o seu emprego conjugado é bastante limitado pela região de cadeias de montanhas e hidrovias menos caudalosas, principalmente, no período de seca, dificultando o emprego dos meios navais e, assim, demanda a necessidade de planejamentos mais elaborados e detalhados para superarem esta condição.

Em relação ao posicionamento estratégico e controle da região, constatamos que as OpRib colombianas desfrutam de relativa vantagem, sob a ótica operacional, visto que possuem uma Brigada Fluvial, constituída de cinco batalhões distribuídos pelas áreas ribeirinhas, que guarnecem a região, permanentemente, dotados, ainda, de meios fluviais orgânicos que facilitam o aprestamento operacional, proporcionado pela interoperabilidade natural entre os meios e a tropa embarcada, além da amplitude da capacidade de comando e controle sustentada pela brigada, dotada de melhor estrutura de comando e controle e comunicações, mas para isso faz-se necessário investimentos pesados no Setor de Defesa. Já

na MB, essa interoperabilidade entre os meios navais e tropa de fuzileiros navais não é muito evidente, porém, pode ser minimizada com o adestramento contínuo de OpRib.

Prosseguindo na análise, destacamos outra vantagem colombiana, referente a sua doutrina de “*operaciones fluviales*”, da flexibilidade na sua aplicação tanto na guerra regular, quanto na guerra irregular, descrevendo o emprego de técnicas e táticas de combate fluvial e terrestre, para antever e reprimir qualquer tipo de ameaça assimétrica, bem como são previstas regras de tratamento com a população para obtenção de informação e isolá-la do assedio insurgente, levando em consideração o preconizado nos direitos humanos. Contudo, na MB, essas táticas da guerra irregular possuem um caráter segregado, restringindo o seu conhecimento a uma tropa específica, que poderá empregá-las no desenrolar das OpRib, porém, de uma forma geral, as Operações Ribeirinhas na MB, são voltadas para os preceitos da guerra convencional.

Sendo assim, finalizando a análise, verificamos que o estabelecimento das “*Estaciones Móviles de Apoyo Fluvial*” colombianas, traz uma vantagem relevante, do ponto de vista operacional, em relação ao tempo de permanência da força em operação, bem como o aumento do alcance das tropas aos locais mais remotos de difícil acesso, além de ampliar a presença do Estado na região e o monitoramento da população, reduzindo a ameaça insurgente, entretanto, sob o ponto de vista administrativo, entendemos como desvantagem o alto custo envolvido no estabelecimento e manutenção dessas instalações, pela dificuldade de acesso e grandes distâncias envolvidas. Em contrapartida, observamos que a BCR confere maior flexibilidade, sendo instalada, temporariamente, de acordo com a missão recebida pela ForTaRib e menos custosa para MB, porém, seu alcance de apoio é limitado, principalmente, as do tipo BCF que são extremamente dependentes da calha do rio.

Em face do exposto, no próximo capítulo, realizaremos a conclusão da obra descrita, apresentando também, dentro da análise das vantagens e desvantagens, o que de

melhor poderia ser aplicado as Operações Ribeirinhas na Marinha do Brasil.

6. CONCLUSÃO

Neste trabalho, buscamos elucidar como as Operações Ribeirinhas contribuem para o combate à nova tendência nos conflitos internos, no século XXI, principalmente, quando eles ocorrem em países com ambiente ribeirinho, a partir de casos reais, como o emprego das OpRib colombiana contra a insurgência das FARC. Portanto, partimos do pressuposto de que era evidente compreendermos a insurgência para avaliarmos o que se passou com o movimento das FARC, assim, o alicerce encontrado, foi o uso da teoria da Contrainsurgência, de David Galula, para descrevermos o fenômeno do conflito interno colombiano, iniciando com a acreditação de Galula, tanto pessoal, quanto profissional, do estudo da sua teoria, prosseguindo no entendimento dos preceitos que regem o levante insurgente, onde constatamos que para o movimento eclodir e durar com o tempo, faz-se necessário a obtenção de uma causa ou ideologia, que devidamente explorada, contribui significativamente para angariar o apoio popular e fontes de recursos.

Continuamente a isso, vimos que Galula oferece uma saída para o Estado se contrapor a esse tipo de ameaça, apresentando as operações contrainsurgentes, constituídas de oito fases, relacionadas ao controle da população e a influência insurgente. A partir deste aprendizado, nessa pesquisa, contextualizamos o que foram as FARC, dentro dos preceitos do movimento insurgente, desde o seu nascimento até o início do século XXI, na primeira década do seu enfraquecimento, onde verificamos que, inicialmente, o movimento não alavancou, por conta do afastamento dos grandes centros populacionais e pela falta de recursos, que foram sanadas, quando surgiram os cartéis do narcotráfico, os quais financiaram o movimento em troca de terras para plantio e produção de coca. Com a queda dos chefes dos cartéis, a direção do narcotráfico passou às mãos das FARC, que agora como uma narco-insurgencia, incutiram uma onda de terror por todo território colombiano e passaram a engendrar ofensivas contra o Estado. Contudo, vimos que o fortalecimento do governo colombiano, oriundo do acordo

bilateral com os EUA, no início do século XXI, possibilitou a adoção de uma estratégia de repressão ao narcotráfico e retomada dos territórios sob domínio das FARC, por meio da intensificação de ofensivas militares, o que provocou o empobrecimento do movimento e o recuo para as áreas ribeirinhas, nas regiões de fronteira.

Desta forma, com o entendimento do fenômeno das FARC e da teoria apresentada, no quarto capítulo, apresentamos como foram as OpRib da Colômbia, no emprego das táticas doutrinárias contra o movimento insurgente, associando-as com os conceitos da teoria da contrainsurgência, que nos permitiu constatar a reformulação doutrinária dos seus manuais, sendo flexibilizada a sua aplicação no contexto da guerra irregular, bem como a evolução estrutural no CFNC, em que expandiu-se, em termos de unidades ribeirinhas e a sua constituição orgânica, permitindo-lhes ampliarem a sua capacidade de controle das regiões mais afastadas do ambiente ribeirinho, garantindo ainda, a presença do Estado junto às comunidades ribeirinhas menos favorecidas e mais suscetíveis ao assédio insurgente.

Sendo assim, diante do propósito da pesquisa de respondermos aos seguintes questionamentos: É possível e eficiente o emprego de táticas doutrinárias de OpRib em resposta a ameaça assimétrica? E o combate demasiado a este tipo de ameaça pode acarretar em perda do conhecimento doutrinário de OpRib? Concluimos que, sem sombra de dúvidas, as técnicas e táticas preconizadas nas OpRib são extremamente eficazes contra qualquer tipo de ameaça assimétrica, fato comprovado pelo intenso desgaste incutido às FARC, no controle das áreas ribeirinhas, por meio das operações de vigilância, interdição e segurança, patrulhamento fluvial e controle de áreas adjacentes onde habitam a população, de forma a exaurir os recursos insurgentes, pelo bloqueio dos seus corredores estratégicos e pelo isolamento da população, que com o passar do tempo, enfraqueceu o movimento. Concluimos ainda, respondendo à segunda pergunta, que não houve perda do conhecimento doutrinário, mas sim o contrário, devido ao meio século de conflito, surgiu a necessidade de aprimoramento das táticas contrainsurgentes, forçando o governo colombiano a buscar

tratativas para solução do problema e, com apoio financeiro norte-americano, houve uma evolução doutrinária do emprego das OpRib, bem como a modernização dos meios e qualificação do pessoal militar, voltadas para conter esse tipo de ameaça, materializado em seus manuais e procedimentos do combate irregular.

Ainda nesta pesquisa, apresentamos as OpRib para realidade da MB, onde destacamos as vantagens e desvantagens das táticas previstas em relação as empregadas na Colômbia contra as FARC e, a partir dessa análise, sugere-se o que de melhor poderá ser implementado na MB, a ampliação na estrutura do CFN, em relação a unidades ribeirinhas posicionadas estrategicamente, na região amazônica, de forma a garantir fisicamente a presença da Força em locais mais distantes do ambiente ribeirinho, dotadas de meios fluviais de combate orgânicos, conferindo maior interoperabilidade e flexibilidade do emprego em regiões onde a força naval não poderá atuar e, ainda, prever o estabelecimento de um Comando único superior enquadrante a estas unidades, com amplitude de comando e controle, para integrar as ações das unidades na região amazônica como um todo, contudo, é necessário grandes investimentos no setor de defesa para isso. No aspecto doutrinário, poderia ser acrescentado, nos manuais de OpRib da MB, preceitos dos Direitos Humanos, regras de tratamento com a população civil ribeirinha e algumas táticas da guerra irregular para serem empregadas pelos menores escalões de combate, como normas de conduta, pois, na MB, esta doutrina é restrita à tropa específica, não sendo adestrada rotineiramente por tropa ribeirinha.

Finalmente, na opinião do autor, as lições aprendidas com o emprego das OpRib na Colômbia contra a insurgência, se mostraram válidas e refletirão em estudos por outras marinhas do seu emprego. Para implementação na MB, os impactos gerados, quanto à doutrina, seria a revisão dos manuais, a aplicação da nova metodologia nos cursos de especialização, habilitação e aperfeiçoamento, bem como a realização de seminários sobre o assunto e quanto à ampliação da estrutura do CFN, os impactos seriam dos altos custo para criação de novas Organizações Militares (OM) e na aquisição de novos meios, bem como no aumento de efetivo na MB, para as tabelas de lotação das OM criadas.

REFERÊNCIAS

ARENAS, Jacobo. *Cese el fuego: Una historia política de las FARC*. Editorial Oveja Negra, 1985. 172 p.

BRASIL. Estado Maior da Armada. *EMA-305: Doutrina Militar Naval*. Brasília, 2017.

CASTILLA, Camilo Echandía. *Situación actual de las FARC: un análisis en los cambios de las estrategias y la territorialidad (1990-2011)*. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-problemes-d-amerique-latine-2012-1-page-101.htm> >. Acesso em: 03 jun. 2020.

CAÑÓN, Luis. *El Patrón: vida y muerte de Pablo Escobar*. Planeta, 1994.

COLÔMBIA. Armada da República de Colômbia. *Operaciones Fluviales*. Manual ARC 3-105, 3ª ed. Bogotá: Prensa Naval, 2006a.

_____. Armada da República de Colombia. *Cerrando Espacios: rumbo al futuro*. Revista da Armada. Bogotá: Prensa Naval, 2007, p. 23-25; Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/108982442/CERRANDO-ESPACIOS-2007-Armada-Narcoterrorismo> >. Acesso em: 24 jun 2020.

_____. Brigada Fluvial de Infantaria de Marina. *Resultados Operacionales 2003-2006*, BRIFLIM 1, 2006b.

COHEN, A. A. *Galula: The Life and Writings of the French Officer who Defined the Art of Counterinsurgency*. ABC-CLIO, 2012. 347 p.

FARC-EP. *Estatuto das FARC-EP*. Abr. 2007. Disponível em: <<http://farc-ep.co/octavaconferencia/estatuto-farc-ep.html> >. Acesso em: 27 mar 2020.

FRANÇA, Júnia L; VASCONCELLOS, Ana Cristina de. *Manual para normalização de publicações técnico-científicas*. 8. Ed. Belo Horizonte: UFMG, 2007. 255 p.

GALULA, David. *Counterinsurgency Warfare: Theory and Practice*. Frederick A. Praeger, Inc. Publisher. New York and London, 1964. 106 p.

LEONGÓMEZ, Eduardo Pizarro. *Las Farc (1949-2011): de guerrilla campesina a máquina de guerra*. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 2011. 356 p.

MADDALONI, John Paul. *An Analysis of the FARC in Colombia: Breaking the Frame of FM 3-24*. Army Command and General Staff Coll Fort Leavenworth KS School of Advanced Military Studies. Kansas, 2009. 98 p.

MARLOWE, Ann. *David Galula: His Life and Intellectual Context*. US Army War College. Strategic Studies Institute. Carlisle, 2011. 73 p.

MULLER, Christopher W. *USMILGP Colombia: Transforming Security Cooperation in the Global War on Terrorism*. Monterey. Naval Postgraduate School, dezembro de 2006, 92 p.

PÉCAUT, Daniel. *As FARC – Uma guerrilha sem fins?*. Tradução de Ivone C. Benedetti. São Paulo: Paz e Terra, 2010. 158 p. Título original: *Les FARC, Une guérilla sans fins?* Disponível em: < <http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/FARC.pdf> > Acesso em: 07 abr 2020.

PULIDO, Luis Alberto Villamarín. *FARC: Terrorismo na América do Sul*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2009. 307 p.

VISACRO, Alessandro. *Guerra irregular: terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história*. São Paulo: Editora Contexto, 2009. 372 p.

TSE-TUNG, Mao. *Mao Tse Tung on guerrilla warfare*. Pickle Partners Publishing, 2015.